

**Carta Aberta**  
**aos Vereadores e Vereadoras**  
**de Viamão**

Senhoras e Senhores Vereadoras/es,

Desde já agradecemos a vossa atenção e cumprimentamos pelo trabalho e dedicação ao serviço público e à população de Viamão. Também nos dedicamos ao serviço público, mais especificamente à educação. Somos professores e professoras da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Criada em 2008 pela lei federal 11.892, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica levou o país de 140 escolas técnicas federais para 659 escolas, centros técnicos e campus, constituindo ainda 38 novos Institutos Federais. Um dos campus do IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul - foi acolhido pela comunidade de Viamão, em 2015. Desde lá, já colocamos em funcionamento os cursos de:

- Ensino Médio Integrado em Administração e Meio Ambiente;
- Ensino Subsequente ao Médio, com habilitações em Meio Ambiente, Administração, Cooperativismo e Serviços Públicos;
- Cursos Tecnólogos, de nível superior, em Processos Gerenciais e Gestão Ambiental.

Também realizamos cursos Pronatec, Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a Prefeitura de Viamão, além de dezenas de projetos de ensino, pesquisa e extensão, interagindo e capacitando diversas organizações locais e a população em geral. Outros cursos de nível técnico, graduação e de pós-graduação estão sendo elaborados e, logo, também estarão sendo ofertados à comunidade.

Além de fornecer educação pública, gratuita, de qualidade e inclusiva, trabalhamos para promover a ciência e a tecnologia, objetivando o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida da população viamonense.

Apesar de todas as dificuldades impostas pela pandemia, fizemos um esforço muito grande para acolher todos nossos estudantes, com novos meios e recursos tecnológicos, minimizando os efeitos e a defasagem de aprendizado sentidos em todo o país. Praticamente recuperamos o atraso em nosso calendário e começamos a recuperação de eventuais defasagens de aprendizagem que nossos alunos possam ter sentido.

Dessa maneira, finalizamos o ano de 2021 com 861 matrículas de estudantes em nossos cursos regulares.

No entanto, apesar de todos esforços e dedicação, viemos sofrendo a cada ano com a perda de recursos e a precarização das condições de trabalho, cujos maiores prejudicados são nossos estudantes.

Em 2017, quando ainda tínhamos 393 estudantes, nosso orçamento médio por estudante era de R\$ 2.891,00.

Em 2021, avançamos para 861 estudantes, porém, o orçamento por estudante foi de apenas R\$ 1.089,50. Isso mesmo, aumentamos 219% em número de estudantes, enquanto o orçamento médio recuou 62,3%.

Deveríamos estar ainda aprimorando nossos equipamentos, materiais e serviços e completando o quadro de servidores, para melhor atender os estudantes. Contudo, a falta de recursos é visível. Os poucos recursos da assistência estudantil e das bolsas de apoio aos estudantes são ainda mais afetados, já que os valores estão congelados. Esses recursos só não foram ainda mais reduzidos porque a instituição preferiu cortar em outros serviços e ações. Em meio ao agravamento do desemprego, da precarização do trabalho e da redução da renda, sabemos que muitos estudantes não conseguem recursos sequer para deslocamento até as aulas. Essas são apenas algumas das inúmeras dificuldades por que passamos.

Por outro lado, nós que dedicamos décadas das nossas vidas aos estudos com o intuito de obtermos excelência e termos dedicação plena à educação, vimos nossos salários serem desvalorizados ano a ano. Não temos reposição da inflação desde 2015. Tivemos apenas algumas reposições de perdas até 2014. As perdas acumuladas já atingem mais de 56% de defasagem!

Esta situação a que estamos sendo submetidos atua contra as conquistas que já obtivemos enquanto instituição. Nossa rede é considerada uma das melhores de ensino do país, inclusive em relação a escolas privadas. Para continuarmos a aprimorar a educação dos jovens de nosso município, é necessário que trabalhem e lutemos enquanto comunidade.

Assim, é com muito pesar que fomos obrigados a iniciar um movimento de greve, deflagrado em assembleia do SindolF – Seção Sindical do Andes no IFRS. Esse movimento está em sintonia com todos os outros servidores públicos federais, que passam por situação semelhante, inclusive na saúde, previdência e ciência e tecnologia. Protocolamos em janeiro nossos pedidos junto ao governo federal. Todavia, infelizmente até o momento não obtivemos nenhuma resposta oficial e nossos representantes sequer foram recebidos.

Concentramos nossas reivindicações em três pontos:

- Revogação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos, que inviabiliza o aumento de recursos para a educação e outros serviços públicos;
- Reposição salarial de 19,9%, o que repõe apenas uma pequena parte de nossas perdas, mas é o limite permitido pela legislação eleitoral;

- Arquivamento da Reforma Administrativa, que pretende precarizar ainda mais o serviço público.

E como se tais prejuízos à população brasileira já não bastassem, na última sexta-feira o governo federal determinou um novo bloqueio orçamentário de R\$ 8,2 bilhões. Só a educação deixa de contar com R\$ 3,2 bilhões, dos quais, cerca de R\$ 1 bilhão dos Institutos e Universidades Federais. O orçamento do Campus Viamão do IFRS deverá ter uma perda de 14,5% de seus recursos.

Caros vereadores e vereadoras, alguns dos senhores e senhoras devem estar nesse momento pensando que, diante das dificuldades do país, todos devem ter perdas e se adequar. Inclusive nós, educadoras e educadores públicos federais. Afinal, o governo federal “não tem recursos”. Enganam-se:

- na última quinta-feira, dia 26 de maio, a Receita Federal do Brasil anunciou uma arrecadação recorde de impostos. Foram R\$ 743 bilhões no primeiro quadrimestre, 23,3% a mais que no ano anterior. Foi o “maior desempenho arrecadatário desde (o ano) 2000”, conforme Relatório publicado no site oficial do governo federal;
- com o aumento contínuo dos juros da taxa Selic, a política econômica definida pelo atual governo deve levar a um pagamento de juros, aos aplicadores financeiros, de cerca de R\$ 760 bilhões neste ano, cerca de R\$ 310 bilhões a mais em relação ao ano passado.

Portanto, não se trata de falta de recursos para investir em educação, saúde e outras necessidades do povo brasileiro, como a retomada do emprego e do crescimento da economia. Trata-se de prioridades, de opção política.

Por todos esses motivos, fomos levados a uma decisão que nos contraria, mas que foi julgada necessária. Queremos, o quanto antes, voltar a fazer o que sabemos e desejamos: educar nossos jovens, que tanto precisam.

Por isso queremos contar com o vosso apoio para que levem nossas reivindicações aos parlamentares federais, tanto deputados quanto senadores, com os senhores e senhoras mantém ligações políticas. Estes, por sua vez, poderão fazer chegar ao governo federal o clamor que fazemos, para que abram as negociações e atendam nossas reivindicações.

Ficaremos atentos e reverenciaremos todas iniciativas que tomarem com a finalidade de interceder por nossas justas reivindicações. Gratos pela sua atenção.

Respeitosamente,

professoras e professores do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Viamão, junho de 2022.